

**‘Pra consigui alguma coisa na vida’:  
descrição de duas construções de finalidade do PB**

---

‘To achieve something in life’:  
a description of two purpose constructions in Brazilian Portuguese

‘Para lograr algo en la vida’:  
descripción de dos construcciones de finalidad del portugués brasileño

**Amanda Heiderich Marchon**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Brasil)  
amandahch.lettras@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6576-949X>

**Mateus Mauri Venturini**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Brasil)  
mateus.venturini@edu.ufes.br  
<https://orcid.org/0009-0004-1415-3742>

**RESUMO**

Esta pesquisa, ancorada na abordagem construcionista em diálogo com postulados funcionalistas sobre articulação entre cláusulas, examina as construções hipotáticas de finalidade na modalidade falada do português brasileiro, com base em entrevistas do Projeto PortVix. Partindo da noção de construção como pareamento convencionalizado de forma e significado, descrevemos as propriedades formais e funcionais dessas construções. O *corpus*, composto por 105 ocorrências, foi analisado nos níveis micro e macrotextual, revelando a predominância das formas não finitas e da posposição da cláusula hipotática de finalidade em relação à nuclear, em consonância com a iconicidade entre ordem dos eventos e ordem enunciativa. Os resultados mostram que tais construções atuam como estratégias relevantes na organização discurso, reafirmando a pertinência de uma

perspectiva baseada no uso para compreender construções gramaticais como unidades emergentes moldadas pela experiência linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Finalidade; Futuridade; Construção.

### **ABSTRACT**

*This research, grounded in a constructionist approach to grammar in dialogue with functionalist postulates on clause articulation, examines hypotactic purpose constructions in the spoken modality of Brazilian Portuguese, based on interviews from the PortVix Project. Drawing on the notion of construction as a conventionalized pairing of form and meaning, the study describes the formal and functional properties of these constructions. The corpus, composed of 105 occurrences, was analyzed at both micro- and macro-textual levels, revealing the predominance of non-finite forms and the postposition of purpose clauses relative to their nuclear clauses, in line with the iconicity between event order and utterance order. The results show that such constructions function as relevant strategies in discourse organization, reaffirming the relevance of a usage-based perspective for understanding grammatical constructions as emergent units shaped by linguistic experience.*

**KEYWORDS:** Purpose; Futurity; Construction.

### **RESUMEN**

*Esta investigación, basada en el enfoque construccinista en diálogo con postulados funcionalistas sobre la articulación entre cláusulas, examina las construcciones hipotáticas de finalidad en la modalidad hablada del portugués brasileño, a partir de entrevistas del Proyecto PortVix. Partiendo de la noción de construcción como un emparejamiento convencionalizado de forma y significado, se describen las propiedades formales y funcionales de dichas construcciones. El corpus, compuesto por 105 ocurrencias, fue analizado en los niveles micro y macrotectual, revelando la predominancia de las formas no finitas y de la posposición de la cláusula hipotática de finalidad respecto de la nuclear, en consonancia con la iconicidad entre el orden de los eventos y el orden enunciativo. Los resultados muestran que estas construcciones funcionan como estrategias relevantes en la organización del discurso, reafirmando la pertinencia de una perspectiva basada en el uso para comprender las construcciones gramaticales como unidades emergentes moldeadas por la experiencia lingüística.*

**PALABRAS CLAVE:** Finalidad; Futuridad; Construcción.

## **1 A construção de finalidade em foco: ponto de partida**

Esta pesquisa investiga as propriedades formais e funcionais das construções de finalidade empregadas por informantes de nível universitário nas inquirições do Projeto PortVix: “a fala de Vitória/ES em cena.” (Yacovenco *et al.*, 2012). O estudo fundamenta-se na abordagem construcionista da gramática (Traugott; Trousdale, 2021 [2013]; Bybee, 2016;

Rosário, 2022; Pinheiro, 2025) em diálogo com postulados funcionalistas acerca da articulação de cláusulas (Decat, 1993; Dias, 2001; Marchon, 2017; 2020; 2021), os quais sustentam a análise de dados empiricamente atestados em uso real da língua — no caso dos dados em tela, trata-se de ocorrências da modalidade falada do Português Brasileiro. De modo complementar, recorreremos à Linguística Textual (Adam, 2019) para o enquadramento e descrição das sequências textuais presentes nas ocorrências analisadas.

O Projeto PortVix, que nos serviu como banco de dados, desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo, foi organizado entre os anos de 2001 e 2003 sob a coordenação da Profa. Dra. Lilian Coutinho Yacovenco, com a gravação de quarenta e seis entrevistas com pessoas nascidas em Vitória - ES, a fim de tecer considerações sobre o alinhamento da fala de Vitória ao cenário nacional, bem como os traços que a caracterizam.

O PortVix buscou o vernáculo, isto é, conforme define W. Labov, “[...] o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008, p.244). Entretanto, as entrevistas registram não o vernáculo, mas, sim, a fala monitorada (*careful speech*), que é “[...] o tipo de fala que normalmente ocorre quando a pessoa está respondendo perguntas que são formalmente reconhecidas como “parte da entrevista” (LABOV, 2008, p.102). Buscaram-se, então, diversos procedimentos para que o vernáculo emergisse, isto é, para que a pessoa prestasse menos atenção à sua própria fala (ao *como* dizer) e passasse a ficar mais atenta ao próprio enunciado (sobre o *que* dizer) (Yacovenco *et al.*, 2012, p. 777).

Para além da orientação sociolinguística que caracteriza a constituição do PortVix, interessa a este artigo uma perspectiva que toma o contexto discursivo como fonte de motivação para os fatos da língua. A abordagem adotada filia-se aos pressupostos funcionalistas e construcionistas, que convergem para: (i) a compreensão de que as propriedades estruturais das línguas emergem do uso que os falantes realizam em situações reais de comunicação, representadas aqui pelas entrevistas do *corpus*; (ii) o entendimento de que a descrição linguística deve partir de enunciados empiricamente atestados em contextos de ocorrência natural (Cunha *et al.*, 2003); e (iii) a concepção de língua como sistema dinâmico, em que padrões relativamente estáveis coexistem com variações locais, tal como sugere a metáfora das dunas de areia formulada por Bybee (2016).

Essa metáfora das dunas reforça a concepção de gramática como sistema emergente: a recorrência de usos e sua frequência relativa moldam

padrões construcionais que apresentam estabilidade suficiente para serem reconhecidos, mas flexibilidade para incorporar variações locais. Cada ocorrência individual participa desse processo, contribuindo para a consolidação ou reorientação de construções. Desse modo, a mudança construcional é entendida como resultado cumulativo de pressões de uso, que gradualmente reconfiguram esquemas existentes e possibilitam o surgimento de novas unidades.

Observemos, inicialmente, o dado 1, em que o trecho em destaque expressa, segundo o informante, um objetivo a se conquistar por meio de muito estudo e empenho:

(1) I<sup>1</sup>: [...] Aí eu estaria/eu teria que istudá mais ainda pra fazê um concurso público ou me impenhá bastante pra sê um advogado ou alguma coisa desse tipo né intão ficaria lutando aí mais um bom tempo **pra tê no mínino a remuneração que eu tenho hoje** né isso em relação à questão de auto sustentação. [...] (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).<sup>2</sup>

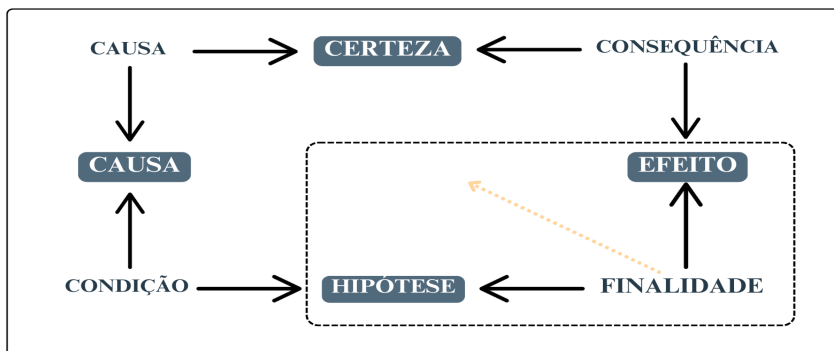
A análise do dado permite concluir que, no trecho *pra tê no mínino a remuneração que eu tenho hoje*, projeta-se uma meta futura, isto é, um efeito pretendido cuja realização depende do esforço prolongado expresso em *ficaria lutando aí mais um bom tempo*. Como afirma Azeredo (2008, p. 323), “do ponto de vista estritamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro” — o que se observa aqui na relação de dependência entre o empenho e a meta de remuneração. Nessa perspectiva, a finalidade é compreendida como uma forma de efeito dentro da macrorrelação de causalidade: ela organiza o enunciado de modo que o efeito visado se projete no plano hipotético que antecede sua realização. É esse funcionamento que orienta o modelo sintetizado na FIGURA 1, a seguir.

---

<sup>1</sup> Nas transcrições do PortVix, “I” refere-se ao informante, enquanto E1 e E2, aos entrevistadores.

<sup>2</sup> São preservados todos os elementos gráficos de transcrição utilizados pelo PortVix, apenas com acréscimo dos colchetes, [...], para demarcação do trecho posto sob análise.

FIGURA 1. Macrorrelação de causalidade em Azeredo (2008)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura, é possível visualizar que a noção de efeito é codificada por cláusulas de finalidade e de consequência. A relação de finalidade se estabelece dentro do plano da hipótese (ou incerteza) e do valor de efeito. Hipótese e efeito são, alegoricamente, vetores<sup>3</sup> da finalidade, cujo vetor resultante é a projeção de uma ideia no futuro. Portanto, as cláusulas de finalidade “expressam um efeito visado, um propósito, e nisso se diferem das consecutivas típicas, que expressam um efeito contingente.” (Azeredo, 2012, p. 329). Observemos como isso se dá nos dados em tela:

(2) “Estava **tão** cansado, **que** dormiu de sapato e tudo.” (Azeredo, 2012, p. 328).

(3) “Basta uma simples chuva **para que** do Borel desçam toneladas de lixo e areia” [Jornal do Brasil, 16/2/1998] (Azeredo, 2012, p. 328).

(4) [...] Agora um curso de medicina, além de/deu não de dá muito pra coisa, tê - muita afinidade né com a questão de (inint), essa coisa toda, eu teria que istudá seis anos/primeiro [...] teria que passá na UFES, seis anos de graduação, depois uma residência entre dois a quatro anos dependendo da especialidade que eu iscolhê, depois me matá em alguns plantões [até] consegui alguma coisa, intão seria um ano cê tentando

<sup>3</sup> Na matemática, vetores são utilizados para representar grandezas que não podem ser descritas apenas por um número, mas que exigem também uma orientação no espaço. Vetor resultante é o vetor que representa o efeito combinado de dois ou mais vetores aplicados a um mesmo ponto. Neste trabalho, essas noções são utilizadas de forma alegórica.

alguma coisa **pra consigui alguma coisa na vida**. (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

No dado (2), fica evidente que a ação de *dormir de sapato e tudo* não é caracterizada como um efeito planejado consequente de *estar cansado*, bem como em (3), a locução conjuntiva *para que* apenas assinala simples efeito, sendo impossível perceber no conteúdo da cláusula nuclear um fato intencional. Comparando a esses o dado (4), no qual *pra consigui alguma coisa na vida* apresenta uma ideia de propósito futuro e incerto, percebemos que é na presença de intencionalidade que reside a diferença entre efeito visado (finalidade) e efeito contingencial (consequência).

Diante do que expomos, este trabalho possui como objetivo geral descrever as construções de finalidade atestadas em entrevistas do PortVix, sob aspectos estruturais e funcionais. A metodologia deste estudo consistiu na seleção e análise de entrevistas do banco de dados PortVix, com foco em informantes de nível universitário, compomos um *corpus* com 105 dados, os quais foram organizados, categorizados e analisados partindo tanto de uma abordagem microtextual quanto macrotextual.

Para desenvolver esta investigação, após essas palavras iniciais, organizamos o artigo em quatro seções. Na primeira, apresentamos a noção de construção e as construções de finalidade propostas, as quais constituem o objeto deste estudo, para, em seguida, dedicarmos uma seção ao exame das propriedades formais dessas construções, com atenção a aspectos como posição, forma e conector, e outra às propriedades funcionais, considerando o papel discursivo das cláusulas hipotáticas de finalidade na constituição de estratégias argumentativas. Na quarta seção, apresentamos as considerações finais, bem como os encaminhamentos para pesquisas futuras. Por fim, as referências que embasaram este estudo.

## 2 Linguagem como rede: bases construcionistas

A partir de dados reais da língua em uso, o modelo de análise empreendido por este estudo contempla tanto aspectos formais quanto funcionais, entendendo que

a linguagem é produto da interação de aspectos cognitivos e de aspectos sociointeracionais. É nesse sentido que costumamos dizer que o conhecimento linguístico é moldado de forma constante pela experiência vivida concretamente no uso da língua em sociedade. Nessa

linha, a gramática é considerada um sistema dinâmico e emergente, dado que vai se moldando à medida que é usada nos seus diferentes contextos (Rosário, 2022, p. 153).

É neste enquadramento teórico que se insere a noção de construção. Como afirma Pinheiro (2025, p. 37), “a totalidade do nosso conhecimento linguístico — isto é, o conhecimento lexical, fonológico, morfológico, sintático e semântico — pode ser caracterizado em termos de construções gramaticais”. Mais do que definir o estatuto da construção, essa afirmação reformula a própria arquitetura da gramática ao propor que todos os níveis tradicionalmente separados — como o léxico ou o sintático — são manifestações de um mesmo tipo de unidade: o *pareamento convencional entre forma e significado*. A partir desse entendimento, as fronteiras entre léxico e gramática tornam-se porosas, uma vez que palavras, morfemas, expressões idiomáticas, padrões prosódicos e esquemas sintáticos pertencem a um mesmo *continuum* construcional que organiza o conhecimento linguístico do falante.

Essa concepção é aprofundada por Rosário (2022, p. 43), ao observar que “toda língua é um grande inventário de construções de diferentes tipos e dimensões”, dispostas em rede e conectadas por relações de herança, extensão e especialização. Ao adotar essa metáfora reticular, o autor evidencia que a gramática é formada por camadas interdependentes: esquemas altamente abstratos (como [SUJ V OBJ]), subsquemas parcialmente preenchidos (como [estar V-ndo]) e instâncias específicas (como *a fim de, na tentativa de*) que resultam de usos concretos. A organização em rede permite compreender que construções mais gerais licenciam outras mais específicas, enquanto estas podem motivar reinterpretações ou extensões que alimentam continuamente a estrutura global do sistema.

As descrições de Pinheiro (2025) e de Rosário (2022) encontram sustentação teórica no modelo diacrônico de Traugott e Trousdale (2021 [2013]), para quem a gramática se organiza como uma rede de construções em constante evolução, sujeita a processos de mudança motivados pelo uso. Segundo esses autores, a construção é a unidade descritiva e explanatória fundamental da gramática, de modo que mudanças na rede — seja por meio de especialização, esquematização, expansão ou neoanálise — constituem casos de mudança construcional ou de construcionalização<sup>4</sup>. Esses processos

---

<sup>4</sup> Mudança construcional diz respeito aos ajustes graduais sofridos por construções que, motivados por pressões de uso e rotinas discursivas, alteram sua configuração ou no polo da forma ou no polo da função. Já construcionalização corresponde ao estágio em que esses

são impulsionados por mecanismos cognitivos que operam sobre experiências discursivas concretas e, ao longo do tempo, geram novas generalizações ou estabilizam padrões emergentes. A inserção do olhar diacrônico amplia a compreensão da gramática como sistema dinâmico e sensível ao uso, reforçando a ideia de que a descrição sincrônica é sempre atravessada por tensões entre inovação e convencionalização.

Assim, ao assumir uma abordagem baseada no uso, compreendemos que a estrutura linguística não antecede o uso, mas emerge dele e nele se reconfigura continuamente. Os padrões construcionais se formam, se estabilizam e se transformam em função da interação entre mecanismos cognitivos e práticas discursivas, configurando uma gramática adaptativa motivada pela experiência comunicativa. Essa perspectiva conduz a uma visão holística do fenômeno linguístico, na qual forma e significado não constituem domínios separados, mas dimensões interdependentes da construção. Seu funcionamento só pode ser plenamente compreendido quando situado na interface entre cognição, interação social e uso efetivo da língua, exatamente como propõem os modelos construcionistas sincrônicos e diacrônicos que fundamentam o estudo que ora se propõe.

Segundo essa perspectiva, da notação  $[[F]] \longleftrightarrow [[S]]$ , proposta por Traugott e Trousdale (2021 [2013]), temos que

F é abreviatura de Forma [SIN(taxe), MORFO(logia) e FONO(logia)]. S é abreviatura de Significado [DIS(curso), SEM(ântica) e PRAG(mática)]. SIN, MORFO, FONO, DIS, SEM e PRAG são ‘traços de uma construção, distinções feitas em Croft (2001). [...] A flecha de duas cabeças, emprestada de Booij (2010), especifica o elo entre forma e significado, e os colchetes externos denotam que o pareamento forma-significado é uma unidade convencionalizada” (Traugott e Trousdale, 2021, p. 36).

Com vistas a descrever as propriedades relativas tanto ao plano formal quanto ao funcional, esta pesquisa propõe duas configurações esquemáticas para as distintas construções de finalidade analisadas. Nessas representações, CN designa a cláusula nuclear e CHF designa a(s) cláusula(s) hipotática(s) de finalidade:

- I. Construção em que a cláusula de finalidade está posposta à cláusula nuclear:  $[[CN] + [CHF]]$ ;

---

ajustes cumulativos resultam na emergência de uma nova construção, dotada de forma e significado convencionalizados e estabilizados na rede construcional.

- II. Construção em que a cláusula de finalidade está anteposta à cláusula nuclear: [[CHF] + [CN]].

Nesse sentido, as construções de finalidade não devem ser entendidas como cláusulas hipotáticas de finalidade tomadas isoladamente. A construção de finalidade emerge da articulação entre a cláusula nuclear e a cláusula hipotática que expressa o propósito: é dessa relação interdependente — em que a cláusula nuclear apresenta o evento base e a hipotática projeta um efeito visado — que surge a noção de finalidade. Assim, trata-se de um conjunto articulado de relações, inserido em redes dinâmicas que se constituem e se reconfiguram em função do uso. Essa perspectiva reforça a necessidade de integrar análises formais e funcionais, assegurando que a descrição gramatical seja, antes de tudo, uma descrição baseada no uso, coerente com os pressupostos da Gramática de Construções Baseada no Uso e do Funcionalismo, isto é, sensível aos padrões que emergem, se estabilizam e se transformam na interacionalmente.

Em síntese, ao conceber a gramática como um sistema baseado no uso e organizado por construções, assumimos que a finalidade emerge da articulação entre eventos linguísticos que se relacionam por padrões motivados pela experiência comunicativa dos falantes. Esse enquadramento teórico, alinhado à Gramática de Construções Baseada no Uso, permite compreender como certos arranjos de forma e significado se estabilizam na língua e passam a operar como construções identificáveis. A partir dessas premissas, as seções seguintes dedicam-se à análise dos dados do PortVix, com o intuito de verificar de que modo as construções de finalidade se realizam na fala e que configurações de propósito são produzidas em uso.

### 3 Como a forma molda o propósito: arquitetura formal das construções

À luz da concepção de gramática como rede de construções, em que forma e significado se articulam como unidades convencionais motivadas pelo uso, a análise formal das construções de finalidade requer situar suas propriedades nesse pareamento construcional. Se, no plano teórico, a construção é entendida como um pareamento estável entre configuração formal e valor funcional, no plano descritivo cabe examinar como tais propriedades se materializam na língua em funcionamento. É nesse movimento que a discussão passa, (i) pelo posicionamento da hipotaxe no *continuum* parataxe–encaixamento, o que sanciona as configurações formais aqui propostas — [[CN] + [CHF]] e [[CHF] + [CN]] —; (ii) pela

predominância das formas não finitas introduzidas por *para/pra*; (iii) pela posição ocupada pela cláusula hipotática em relação à cláusula nuclear, arranjo que atua diretamente na configuração de sentido e fundamenta a distinção entre as duas disposições formais propostas para a construção de finalidade. Na perspectiva teórica adotada neste artigo, portanto, as descrições formal e funcional apresentadas nos parágrafos seguintes devem ser compreendidas como uma extensão empírica dos princípios construcionistas delineados anteriormente, evidenciando como configurações específicas de forma dão corpo ao valor de propósito no uso real da língua.

Com base nas propostas funcionalistas, especialmente na concepção de gradação entre padrões de organização gramatical apresentada por Hopper e Traugott (1993), assumimos que as relações entre cláusulas se distribuem ao longo de um *continuum* que vai da parataxe ao encaixamento, associados, respectivamente, à coordenação e à subordinação na tradição. Em um extremo, a parataxe caracteriza-se pela ausência simultânea de dependência semântica e de encaixamento sintático; no oposto, o encaixamento envolve a presença de ambos esses traços. Entre esses pólos situam-se as configurações hipotáticas, que combinam dependência semântica com ausência de encaixamento e, por isso, ocupam posição intermediária no sistema.

Nesse enquadramento, as cláusulas hipotáticas de finalidade se alinham às propriedades desse ponto intermediário, uma vez que apresentam o traço de [+dependência] e [-encaixamento], o que pressupõe uma relação necessária com a cláusula nuclear. É essa interdependência entre os dois segmentos que permite compreender por que a finalidade emerge apenas na articulação entre CN e CHF e porque as configurações [[CN] + [CHF]] e [[CHF] + [CN]] constituem, no português falado, os arranjos formais que dão corpo às construções aqui descritas enquanto pareamentos convencionais de forma e significado.

No plano formal, essa articulação estabelecida entre os eventos articulados se realiza por meio de escolhas morfossintáticas específicas, cuja distribuição não é aleatória. É nesse ponto que se destaca a defectividade temporal das formas não finitas, cuja atuação influencia diretamente o modo como a relação de propósito é formalmente expressa. A defectividade temporal do modo infinitivo refere-se à limitação desse modo em expressar plenamente as noções temporais, algo que ocorre de forma mais clara nos modos indicativo e subjuntivo. Hernanz (1999, p. 2312–2313 *apud* Magalhães, 2016, p. 35) observa que essa limitação “é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada não só informação de posteridade como

também de alguma incerteza”. Em contrapartida, nas ocorrências em forma desenvolvida, essas cláusulas são instanciadas no subjuntivo, tradicionalmente associado a valores de dúvida ou incerteza no português.

No conjunto das 105 cláusulas analisadas, apenas 4 aparecem na forma desenvolvida, o que corresponde a 3,8% do total; as demais 101 cláusulas (96,2%) realizam-se na forma não finita, segundo o esquema base [conector + verbo no infinitivo]. Os dados 5 e 6 ilustram esse perfil de ocorrências: o primeiro apresenta duas cláusulas sob a forma não finita, enquanto o segundo traz uma cláusula com verbo no subjuntivo (“acontecesse”), representando as ocorrências desenvolvidas:

(5) E1 — então tá... já que a gente tá falando do seu curso... que motivo que:: levou optar pelo curso de medicina?

I — não sei... acho que:: e/ eu posso dizer que é o mais próximo que o pessoal fala de... de vocação né?... porque ninguém da minha família é médico... [...]. não é me espelhando em ninguém que eu tou fazendo isso... creio que é **pra contribuir de alguma forma mesmo... pra ajudar...** eu me sinto bem... vendo o outro bem também... tirando ele de/ de uma situação ruim... voltando restabelecendo o normal (Extraído da célula 36 do PortVix, grifos nossos).

(6) E2 — e você tem alguma opinião sobre... esse negocio da/ da... dos padres tá tendo muito abuso sexual infantil... sobre isso qual é a sua opinião? Você acha que os padres deveriam casar **pra que isso não acontecesse isso com tanta frequência?**

I — não sei acho que isso vai muito do caráter da pessoa mesmo... porque acho que um pessoa que faz isso com uma criança... ela não é normal não... ela tem alguma coisa na/ na vida dela que ela/ alguma coisa anormal... (Extraído da célula 38 do PortVix, grifos nossos).

Os dados analisados mostram um padrão claro: as formas reduzidas superam amplamente as formas desenvolvidas na expressão da finalidade. Esse comportamento quantitativo confirma o que já foi documentado de maneira consistente em estudos anteriores, conduzidos em diferentes *corpora* e sob distintas perspectivas analíticas, como os de Azevedo (2000), Dias (2001), Menezes (2001), Torrent (2009) e Marchon (2021), nos quais o esquema *para/prá* + infinitivo se mantém como o padrão majoritário, enquanto as formas desenvolvidas introduzidas por *para que* + subjuntivo aparecem apenas de modo residual.

Essa recorrência sugere que a alta produtividade das formas não finitas não decorre apenas das características do *corpus* analisado, mas de um comportamento estrutural reiterado do português, alinhado a princípios de

economia morfossintática. As formas reduzidas são estruturalmente mais leves e mais facilmente integradas ao fluxo discursivo, enquanto a forma desenvolvida *para que* é considerada mais “pesada” por constituir um conector complexo formado por dois itens (*para + que*) e por introduzir uma oração expandida com verbo no subjuntivo.

Do ponto de vista cognitivo, essa diferença também se explica pelo custo de processamento: o subjuntivo requer mais escolhas morfológicas e ativa uma configuração oracional mais ampla, o que torna a construção desenvolvida menos imediata em termos de processamento e integração discursiva. Já a forma reduzida de infinitivo, por condensar a informação e minimizar decisões flexionais, funciona como uma alternativa cognitivamente mais econômica. Assim, tanto os resultados deste estudo quanto as pesquisas anteriores convergem em demonstrar que as formas reduzidas constituem a opção mais recorrente na expressão da finalidade no português.

Para Azeredo (2012, p. 329), “o meio ostensivo de expressão adverbial da finalidade na língua corrente é a preposição *para*”, o que se confirma nesta pesquisa. Os dados analisados sugerem que a introdução das formas reduzidas de infinitivo é sistematicamente feita pelo item *para*, padrão altamente produtivo na expressão da finalidade no português, o que torna relevante observar como esse conector *para* ou sua redução *pra* se configuram no uso efetivo da língua e quais valores semânticos sustentam sua escolha nos contextos de finalidade. Sobre esse ponto, Dias (2001, p. 95) observa que “a escolha de *para* como o conector preferencial nas cláusulas hipotáticas de finalidade está associada ao seu valor semântico de destinação e fim”. No dado ilustrado a seguir, observamos *pro* como conector, um uso bastante característico da modalidade falada da língua devido ao fenômeno fonético de aglutinação da redução prepositiva *pra* com o artigo definido *o*:

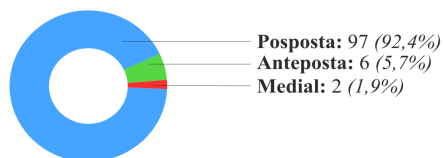
(7) I — [...] Outra questão também foi chamado boicote que os próprios puliciais fizeram porque uma das coisas que *pro*/que eu acho que seria preciso melhorá **pro corredor de segurança permanecê** seriam as iscalas de serviço dos puliciais, que ficou um pouco puxado [...] (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

A elisão observada no exemplo 7, ou seja, o processo fonético pelo qual segmentos menos proeminentes são omitidos na cadeia da fala, decorre de uma tendência recorrente nesta modalidade, motivada pela busca de fluidez articulatória e de maior rapidez no ato comunicativo. Ao eliminar segmentos de menor saliência, o falante otimiza o ritmo da enunciação sem comprometer a transparência relacional do conector no contexto discursivo. Assim, o uso

de *pro* como variante de *para* ou *pra* apresenta justificativas fonéticas e pragmáticas plenamente compatíveis com a modalidade oral, não tendo qualquer efeito depreciativo sobre sua função de introduzir a cláusula de finalidade. Como observa Costa (2022, p. 45), “o uso linguístico do português contemporâneo possibilita a articulação de orações de valor final por meio de uma ampla gama de possibilidades, que não exclui os conectores canônicos reconhecidos por autores normativos”. Embora Costa (2022) observe que o português contemporâneo admite uma variedade ampliada de conectores de finalidade — entre eles expressões como *com o objetivo de*, *com o propósito de* e *com a finalidade de* —, pesquisas como a de Petri (2024), desenvolvida no âmbito do Grupo ELUs - Estudos da Língua em Uso<sup>5</sup>, mostram que esses usos se concentram sobretudo na modalidade escrita e em registros mais monitorados. Nos dados do PortVix analisados nesta pesquisa, porém, essa diversidade não se manifestou: todas as cláusulas de finalidade foram introduzidas exclusivamente por variações de *para*, fato que pode estar relacionado ao caráter espontâneo e à natureza oral das entrevistas.

Além da seleção do modo verbal e do conector, a posição da cláusula hipotática em relação à nuclear constitui igualmente um aspecto formal relevante das construções de finalidade. Como a cláusula hipotática de finalidade pode ocorrer tanto antes quanto depois da cláusula nuclear, essa variação posicional motiva os dois arranjos formais possíveis —  $[[CN] + [CHF]]$  e  $[[CHF] + [CN]]$  —, que implicam, pois, nuances distintas de significado. A distribuição desses arranjos no *corpus* é apresentada na FIGURA 2, a seguir.

FIGURA 2. Posição das cláusulas de finalidade em relação à cláusula nuclear<sup>6</sup>



Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>5</sup> O Grupo Elus, liderado pela Profa. Dra. Amanda Heiderich Marchon, na UFES, tem origem funcionalista e, atualmente, seus integrantes desenvolvem pesquisas relacionadas à abordagem construcionista da gramática, observando tanto aspectos estruturais quanto discursivos pragmáticos dos fenômenos linguísticos investigados.

<sup>6</sup> Neste artigo, em virtude de limitações de espaço, não trataremos das cláusulas de finalidade em posição medial.

Como observado no gráfico, a anteposição em relação à nuclear é a posição menos frequente das cláusulas de finalidade no *corpus*, o que reflete, conseqüentemente, a baixa frequência de ocorrência do esquema [[CHF] + [CN]]. Marchon (2020, p. 342), amparada nos estudos de Thompson (1985), explica que “a estrutura de finalidade anteposta nomeia o problema e cria expectativas sobre a solução; o material subsequente (cláusula-núcleo) cumpre essas expectativas e apresenta a solução”, o que se exemplifica com o dado (8), a seguir:

(8) E2 — Você falou sobre orientações também de Deus, seria os irmãos dando bons conselhos? É isso que existe numa igreja?  
 I — [...] Foi o Senhor falando muito diretamente, e conselhos também dos pastores, conselhos sábios né. **Pra tirá minha dúvida entre iscolhê o curso de direito e o CFO**<sup>7</sup>, conversei com pas/pedi a Deus que orientasse né ao pastor (inint). Ele falou “Oh, se eu fosse você, faz o curso de CFO. Pur que? O CFO tem a idade limitada. Cê qué fazê os/não é os dois que cê qué? Você tem um limite de idade pra fazê, que é o vinte e cinco anos, são vinte e cinco anos pra entrá, né? O curso de direito você pode fazê depois”. (Intão foi aí, né?) aceitei esse conselho [...] (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

No dado em tela, o problema — a escolha entre o curso de Direito e o CFO — é antecipado na cláusula de finalidade, que orienta o leitor para a dificuldade central enfrentada pelo falante e projeta a expectativa de que o trecho subsequente apresente a solução. A cláusula nuclear, ao relatar a consulta ao pastor e a orientação recebida, cumpre essa expectativa, configurando-se como o segmento que oferece a solução para o problema inicialmente nomeado.

A possibilidade de deslocamento em relação à cláusula nuclear é um dos aspectos sintáticos comuns às cláusulas hipotáticas, segundo a tradição gramatical. Apesar disso, Raposo *et al.* (2013, p. 1992), filiados ao formalismo, salientam que o fato de “poderem ocorrer em mais de uma posição não significa necessariamente que a interpretação atribuída a cada caso seja idêntica”. Nessa direção, Thompson (1985) sustenta que as posições anteposta e posposta da cláusula hipotática de finalidade configuram duas construções diferentes, uma vez que cada disposição ativa leituras semânticas e efeitos discursivos próprios. É justamente por essa diferenciação que a autora considera apenas as cláusulas pospostas como legítimas hipotáticas de finalidade. Compactuamos com esse entendimento: uma alteração na forma

---

<sup>7</sup> Curso de Formação de Oficiais.

que repercute em alteração no significado implica reconhecer a existência de construções distintas, motivo pelo qual são propostos aqui dois arranjos formais para as construções investigadas.

No *corpus* analisado e em outras pesquisas aqui já citadas sobre as construções de finalidade, a posposição em relação à cláusula nuclear é o posicionamento amplamente mais frequente, perfazendo 92,4% dos dados. Nos pressupostos funcionalistas, defende-se que há uma correlação motivada entre forma e função, ou seja, entre a organização estrutural da língua e a maneira como concebemos os eventos no mundo — princípio denominado *iconicidade* (Givón, 2001)<sup>8</sup>. Em especial, o subprincípio da *ordenação* sustenta que a sequência linear da cláusula tende a refletir a sequência conceptual dos eventos. A esse respeito, Mauri (2024, p. 9) explica que “se as cláusulas de finalidade instanciam uma ideia de efeito visado, ou seja, a realizar-se em tempo posterior ao da ação expressa na cláusula nuclear, essas cláusulas aparecem em posposição à nuclear” portanto, “a ordem temporal em que os eventos ocorrem [está] espelhada no relato linguístico dos eventos.” (Givón, 2001, p. 34-35). No dado (9), a seguir, podemos analisar essa relação icônica entre cláusula nuclear e cláusula de finalidade.

(9) E2 — No governo passado foram construídos vários postos e ali é: policiais né uma ou duas viaturas. Depois uma crítica dizendo que isso surgiu pra imbelezá a cidade de Vitória. (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

A cláusula *pra imbelezá a cidade de Vitória*, em posição final em relação à sua nuclear sublinhada, indica — de forma irônica — a motivação atribuída pelo informante à construção de diversos postos policiais, situando o “embelezamento” como efeito posterior ao evento-base. Essa leitura se alinha ao entendimento de Thompson (1985, p. 62 *apud* Marchon, 2020, p. 344), segundo o qual a estrutura de finalidade posposta expressa precisamente a motivação da ação veiculada na cláusula nuclear, funcionando como elemento que delimita e especifica semanticamente a informação apresentada no evento principal. Assim, o valor de propósito não apenas esclarece o motivo alegado para a construção dos postos, mas também organiza a interpretação do

---

<sup>8</sup> O princípio da iconicidade, conforme descrito por Givón (2001), desdobra-se em três subprincípios: (i) quantidade, (ii) integração e (iii) ordenação. Este último, por sua vez, envolve duas dimensões — a ordenação por importância e a ordenação pela sequência de ocorrência dos eventos. No escopo deste artigo, consideramos apenas a dimensão (ii), isto é, a iconicidade relativa à ordem de ocorrência, dado que a posposição da cláusula de finalidade em relação à cláusula nuclear se alinha à sequência temporal dos eventos no plano da experiência.

enunciado, reforçando que o sentido de finalidade emerge do vínculo dependente e posterior entre os dois eventos articulados.

À luz da concepção de gramática como rede de construções, os resultados numéricos obtidos — a predominância quase absoluta das formas não finitas, o uso sistemático de *para/pra* como conector e, sobretudo, a forte tendência de a CHF ocorrer após a CN — evidenciam regularidades amplamente confirmadas por estudos anteriores sobre a finalidade conduzidos em diferentes *corpora*, o que aponta para a estabilização, no português, de configurações formais recorrentes que estruturam a construção de finalidade. Desse modo, a preferência pelo esquema [[CN] + [CHF]] aciona efeitos interpretativos que orientam cognitivamente a forma como o propósito é construído no enunciado, o que é discutido na seção seguinte.

#### 4 Como o uso molda a interpretação: funções discursivas da finalidade

Esse enquadramento nos conduz à relação temporal entre os eventos. Na visão de Dias (2001), o estado-de-coisas descrito na cláusula de finalidade só ocorre num período de tempo posterior ao estado-de-coisas descrito na cláusula núcleo. “O falante codifica, através da cláusula de finalidade, um objetivo, cuja execução requer um movimento. Essa peculiaridade mostra uma inter-relação entre futuridade e potencialidade.” (Dias, 2001, p. 25). Portanto, “tanto o evento descrito na cláusula nuclear quanto o evento descrito na cláusula hipotática de finalidade refletem o caráter de prospecção das ações.” (Marchon, 2021, p. 13).

As propostas de Dias (2001) e de Marchon (2021) convergem com a de Neves (2018), tal como apresentada em *A gramática do português revelada em textos*, no que tange à compreensão da finalidade como expressão de futuridade, uma vez que, nas três abordagens, a ação visada se projeta para um momento posterior ao evento da cláusula nuclear. A autora, além disso, acrescenta a noção de condição: para a autora, a ação prospectada só se configura como possibilidade porque depende da realização prévia da ação nuclear. Assim, a finalidade é descrita como uma *futuridade condicionada*, em que o propósito emerge da dependência entre os dois eventos articulados na construção.

Esse entendimento da finalidade como projeção — sustentada pela articulação entre dois eventos — aproxima a discussão de princípios basilares da Linguística Cognitiva, especialmente no que diz respeito à forma como a experiência é estruturada e conceptualizada. Ao lidar com ações orientadas

para um ponto ulterior e dependentes de um percurso anterior, tais análises ativam padrões cognitivos gerais de organização do movimento e da direcionalidade. Ainda que sua tese esteja ancorada no funcionalismo clássico, Dias (2001) estabelece um diálogo explícito com a Linguística Cognitiva ao recorrer a noções que descrevem a finalidade em termos de trajetórias, metas e percursos. Esse movimento de aproximação abre caminho para a interpretação das cláusulas de finalidade como operações que mobilizam estruturas cognitivas de ordenação do movimento, criando um ponto de contato direto com os esquemas imagéticos.

Nesse quadro, os esquemas imagéticos propostos por Johnson (1987) oferecem uma chave interpretativa produtiva para compreender como a língua representa trajetórias, metas e relações de dependência. Nessa perspectiva, Johnson (1987, p. 29–30 *apud* Souza, 2018, p. 703) descreve os esquemas imagéticos (ou Esquemas-I) como estruturas dinâmicas que organizam a experiência humana, permitindo que domínios abstratos sejam apreendidos com base em domínios mais concretos — predominantemente espaciais. Em sintonia com esse enquadramento, Dias (2001) interpreta as cláusulas de finalidade como operações que escaneiam um deslocamento no esquema imagético do movimento (origem–meta), como se observa no dado 10:

(10) I — [Pra você] tê uma idéia, pessoas ixluídas da pulícia mas pur má conduta é criminoso, é homicida, é um latroçida, é um ladrão, são ixluídos da pulícia, às vezes ixluídos há anos e que cometem algum delito de gran/gravidade, o que aparece na mídia é ex PM, não é o nome do cara, é ex pulicial [...] Porque vende, né? Uma observação, por exemplo, eu vi na capa “Não sei quem morre é: morreu na porta da igreja/de uma igreja” na capa. Quando você vai olhá a reportagem, a pessoa não era da igreja, mas foi assassinada em frente, nem na porta, em frente. Intão, eles colocam isso como destaque **pra vendê**, quando você vai olhá não tem nada a vê com a igreja. Intão, tem essa questão. (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

Nesse dado, o movimento escaneado pela cláusula de finalidade *pra vendê* tem como origem o destaque dado à informação sensacionalista na capa de um jornal, e, por chamar a atenção do leitor, tem como meta vender o jornal. Ademais, Souza (2018) acrescenta que, para atingir um objetivo, além de percorrer uma trajetória até chegar ao destino, é necessário passar por pontos intermediários. Esses pontos intermediários são “ações que condicionam a possível realização de um objetivo [...], uma circunstância *sina qua non* (indispensável) para ocorrência do *frame* de finalidade” (Souza, 2018,

p. 704). A FIGURA 3, a seguir, ilustra a proposta de um esquema origem-trajetória-meta para o dado sob análise:

FIGURA 3. Esquema imagético da trajetória



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Souza (2018, p. 710).

Nos termos de Fillmore (2006, p. 373), *frame* é “um sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, deve-se compreender toda a estrutura em que esses conceitos se enquadram”. Trata-se, portanto, de uma espécie de cena cognitiva “evocada por determinada forma linguística e que prevê participantes, papéis e sequências de acontecimentos específicos, todos moldados por uma espécie de expectativa convencionalizada, predefinida socialmente.” (Souza, 2018, p. 702). Dessa forma, no que tange ao *frame* de finalidade, a autora explica que seja entendido como um modelo relacional composto pela seguinte proposição: *X atua para alcançar Z* — neste caso, “a mídia destaca a informação sensacionalista na capa de um jornal para vendê-lo”. Conforme podemos observar na Figura 2, há um corpo (mídia) que, ao agir em deslocamento (imagético e abstrato), passa por pontos intermediários correspondentes à ação (destaque às informações sensacionalistas). São essas ações que condicionam o alcance de uma meta (a venda do jornal), construída em uma realidade entendida como potencialmente passível de ocorrência.

É importante destacar o contraste estabelecido no esquema entre inércia e volição. O ponto de inatividade prevê a existência da mídia, mas se essa não atuar enquanto “corpo agente”, não haveria trajetória a percorrer ou destino a alcançar. O caráter volitivo e intencional das cláusulas de finalidade proporciona a quebra de inércia da origem em direção à meta. Portanto, a

<sup>9</sup> “By the term ‘frame’ I have in mind any system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits.”

prévia realização da ação expressa pela cláusula núcleo (*eles [a mídia] colocam isso como destaque*) é o que condiciona o estado-de-coisas expresso pela cláusula de finalidade (*pra vendê*). Logo, no bojo do esquema imagético que representa a relação de finalidade, está imbricada não só a ideia de futuridade, mas também a de condicionalidade, como já sinalizado, sob outra perspectiva teórica, ao citarmos Neves (2018).

Essa articulação entre condicionamento e projeção futura, por sua vez, conecta-se à dimensão textual-discursiva desse tipo de construção. Ao observarmos as sequências em que essas construções se distribuem, Adam (2019) mostra que tais sequências funcionam como modos gerais de organização interna do texto, estruturando blocos de sentido coerentes e funcionalmente definidos, independentemente do tipo específico de relação hipotática envolvida. Nesse quadro mais amplo, Azeredo (2012) evidencia que as cláusulas hipotáticas — temporais, condicionais, causais, entre outras — desempenham papel central na articulação lógica e coerente do raciocínio, contribuindo decisivamente para a tessitura dos enunciados. Em síntese, ao responderem às necessidades do discurso, as cláusulas hipotáticas acrescentam informações fundamentais à cláusula nuclear, realçando sua ideia — *hipotaxe de realce*, nos termos de Halliday (2004).

No âmbito da argumentação, Marchon (2021), com base em um *corpus* constituído por artigos de opinião, demonstra que a hipotaxe de finalidade funciona como uma estratégia argumentativa, associada à indicação de uma realidade potencial. No presente artigo, contudo, ancorado em entrevistas sociolinguísticas na modalidade falada, a distribuição das sequências textuais evidencia um quadro parcialmente distinto: embora as sequências argumentativas predominem, com 61% (64 ocorrências) das construções de finalidade, a presença de 39% (41 ocorrências) em sequências narrativas revela que, na fala, essas construções também participam da organização dos eventos. Tal recorrência narrativa está vinculada ao caráter de futuridade inerente à relação de finalidade, contribuindo para o encadeamento das ações e para a progressão temporal dos episódios narrados. No *corpus* desta pesquisa, observamos que as construções de finalidade ocorrem predominantemente em sequências textuais de natureza argumentativa, correspondendo a 61% (64 ocorrências) dos dados analisados, enquanto 39% (41 ocorrências) figuram em sequências narrativas.

(11) I — [...] eu vou de avião... eu vou de avião que eu já conheço o trajeto.. e ele é meio cansativo dá dois dias e meio né?... de ônibus  
E2 – e de avião?

I — de avião não... de avião eu pego aqui sete e me:ia.. é:: uma e meia da tarde eu to em Corumbá.. aí quer dizer já fico lá... aguardando... **pra ir pra Porto Manga...** de lá nós vamos pra Porto Ma::nga... Paumeirins... lá é muito bonito... eu vou mostrar a fotografia pra você::s depois  
E2 – legal! (Extraído da célula 44 do PortVix, grifos nossos).

No dado (11), a sequência narrativa relata um percurso de viagem do informante, organizando os eventos em uma dada ordem temporal: sair, pegar o avião, chegar a Corumbá, aguardar, seguir para Porto Manga, e assim por diante. A cláusula de finalidade *pra ir pra Porto Manga* atua especificando o objetivo imediato de uma etapa do trajeto, isto é, a razão pela qual o falante permanece aguardando em Corumbá. Nesse caso, a finalidade funciona como um elo de progressão narrativa, conectando um evento ao próximo e orientando a continuidade da história.

Para Adam (2019), a sequência argumentativa é vista como uma estrutura essencial em diversos gêneros do discurso, especialmente em gêneros que buscam persuadir ou influenciar o interlocutor, caso dos artigos de opinião investigados por Marchon (2021). Nessa perspectiva, torna-se particularmente relevante a observação de que “o emprego das cláusulas hipotáticas está diretamente atrelado aos propósitos do enunciador, contribuindo para a organização argumentativa do discurso, já que se tornam relevantes pela informação que acrescentam ao texto.” Marchon (2021, p. 408). Para fins de discussão, analisemos o dado (12), a seguir:

(12) E2 — Você citou também a questão do Vital. E o fato de você sê evangélico, da igreja, num atrapalha? Num coloca ponto nenhum que possa te impidi?  
I — Não, porque, olha só, é a ques/é (sempre) profissional, né? É: é minha profissão, eu não/ se eu não estivesse trabalhado, eu não estaria naquele lugar, entendeu? Eu istou ali cumprindo meu papel, o meu papel não é ficá veno o show da Ivete Sangalo, Babado Novo ou seja lá quem for. Minha função é istar vigiando **pra que a ordem pública, apesar de sê um poco difícil tê ordem pública nesse tipo de (evento), ordem pública seja preservado, né?** Intão, minha função lá é essa. (Extraído da célula 40 do PortVix, grifos nossos).

No momento da entrevista representado por esse dado, o entrevistador do PortVix questiona o informante se a denominação religiosa que ele professa poderia interferir em sua atuação como policial em eventos

bastante movimentados como o Vital<sup>10</sup>. De modo a romper com um pressuposto inculcado no questionamento, o informante mobiliza uma série de elementos linguísticos. Para sustentar que sua função é, exclusivamente e sem qualquer interferência, a de vigiar, ele potencializa sua argumentação por meio de uma construção de finalidade, cuja CHF *pra que a ordem pública seja preservada* comporta escolhas lexicais que corroboram com o teor argumentativo pretendido.

Delineado esse primeiro contexto de uso da construção de finalidade, observemos agora o dado (13), no qual, além da projeção de futuridade, a cláusula nuclear incorpora matiz deôntico, intensificando o efeito argumentativo.

(13) E2 — e:: se seu irmão de treze anos resolvesse .. ah! eu quero ir... quero ir no di/ no Dia D... você concordaria assim de pri[meira?

I — eu concordaria .. eu acho assim... meu pai jamais deixaria el ir... jamais... mas eu sempre fui muito bicha solta assim... sempre ia mesmo... pegava ônibus aqui no Centro ia pro Alvares... agora... acho assim... se tiver que.... se ele/ se ele acha que é o momento dele... eu me oferecia até a ir com ele... mesmo não... tando a fim:: nada... mas eu acho que ele tem que ir... ele tem que conhecer esse tipo de coisa.... **pra/pra saber se virar mesmo...** quando alguém oferecer... ele falar não... pra igual as coisas diferentes... porque ele tá acabando sendo um garoto muito... ah! muito de apartamento... (Extraído da célula 38 do PortVix, grifos nossos).

Em sua resposta, a informante afirma que seu pai jamais deixaria o irmão de treze anos ir ao evento Dia D<sup>11</sup>. Ela, no entanto, defende seu ponto de vista favorável a que o irmão participe de eventos e festas promovidos em sua cidade. Notamos, portanto, que a informante vai contra a ordem preestabelecida (a proibição do pai) e, para isso, se utiliza da CHF *pra saber se virar mesmo*, expressando o que objetiva a sua opinião, além de outras estruturas (sublinhadas no dado 13) marcando as ideias de condição, tempo e causa/motivo. Marchon (2017) sustenta que posicionar-se contra o que está instituído pelo senso comum demanda grandes empreendimentos argumentativos. Para isso, acionam-se estratégias linguístico-discursivas que os

<sup>10</sup> Vital, como é conhecido popularmente, é um evento carnavalesco fora de época realizado anualmente em Vitória/ES, desde 1994.

<sup>11</sup> Evento musical ocorrido em 3 de julho de 1999, na Praça do Papa, em Vitória/ES.

expressem. Nas entrevistas analisadas, os informantes constroem seus discursos aproximando aquilo que ainda não foi vivenciado do que já foi vivenciado, ou seja, a realidade potencial da realidade conhecida. Ao fazerem isso, há uma mitigação da ideia de que eventos futuros realizam-se no âmbito da incerteza, de modo a potencializar a argumentação. Nessa perspectiva, o matiz argumentativo e o caráter de futuridade conferidos pelas CHF condicionam uma forte estratégia de argumentação, ao direcionarem o discurso para um objetivo claro e intencional. O enunciador sustenta que determinada ação ou ideia tem uma razão específica de ser, o que fortalece a coerência e a persuasão de seu argumento, demonstrando que a escolha proposta objetiva alcançar um efeito visado. Ao que se delinea, quanto mais o enunciador busca defender uma tese, mais numerosos são os recursos linguísticos que ele utiliza para convencer seu interlocutor e mais frequentes são os usos da hipotaxe de finalidade como estratégia argumentativa.

A argumentatividade e a futuridade do enunciado, em (13), são reforçados pelo valor aplicado via modalidade deôntica, aquela referente à expressão de obrigações, permissões, deveres, proibições ou necessidades sociais/morais no português. A ideia é de necessidade social e formativa: o irmão precisa passar por essa experiência como parte de um aprendizado, logo, há um dever implícito no *tem que*. Portanto, a associação entre a modalidade deôntica (expressa na cláusula nuclear) e a ideia de finalidade (expressa na cláusula hipotática), em uma mesma construção, representa eficiente estratégia linguístico-discursiva para a construção da argumentação, bem como para a projeção de futuridade.

## 5 Dois caminhos para expressar propósito: ponto de chegada e projeções

Na abordagem construcionista empreendida nesta pesquisa, entendemos que as unidades linguísticas são formas associadas a significados que ocorrem com frequência e adquirem estabilidade no uso. Nesse caso, a relação entre a cláusula nuclear e a cláusula de finalidade forma uma construção, cujo significado global excede a soma das partes, isto é, não se trata apenas de uma combinação de duas orações com seus significados individuais somados, mas de uma construção composicional com valor pragmático-discursivo próprio. As análises aqui desenvolvidas mostram que esse pareamento forma–significado se realiza em dois esquemas distintos — [[CN] + [CHF]] e [[CHF] + [CN]] — que, embora compartilhem inúmeras

propriedades formais e funcionais, constituem dois nós autônomos na rede por apresentarem diferenças sistemáticas tanto no plano formal (posição relativa das cláusulas) quanto no plano funcional (motivação da ação *versus* nomeação do problema e projeção da solução). Assim, o valor de finalidade na forma esquemática dessas combinações e no efeito de interpretativo que produz no discurso. O enunciado como um todo passa a orientar-se para o futuro, configurando uma unidade gramatical complexa que atua como um recurso de negociação de sentido no nível textual e interacional.

A descrição dos pólos formal e funcional apresentada ao longo deste artigo evidenciou que determinados traços da construção de finalidade se estabilizam de forma sistemática nas entrevistas do PortVix: a predominância das formas reduzidas de infinitivo introduzidas por *para/pra*; a forte tendência à posposição da cláusula hipotática; a expressão de futuridade como projeção de uma realidade potencial; e a associação frequente entre a construção de finalidade e estratégias argumentativas que orientam a interpretação do interlocutor. Esses padrões, amplamente documentados em pesquisas anteriores e confirmados pelos resultados aqui obtidos, apontam para a consolidação de padrões recorrentes do português na expressão do propósito, que se manifesta como categoria discursiva tanto em sequências argumentativas quanto — embora em menor número — em sequências narrativas, nas quais a finalidade atua na organização e progressão dos eventos.

Em termos de continuidade, destacamos a necessidade de aprofundar a investigação sobre o papel da modalidade deôntica na configuração das construções de finalidade, especialmente no que se refere à maneira como valores de obrigação, necessidade ou permissão interagem com a projeção de futuridade. Além disso, por se tratar de dados de fala, torna-se igualmente relevante considerar traços prosódicos, como padrões entoacionais e variações melódicas, que podem fornecer indícios adicionais sobre a especialização e a interpretação das construções de finalidade aqui descritas.

## REFERÊNCIAS<sup>12</sup>

ADAM, Jean-Michel. **Textos Tipos e Protótipos**. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante [et al]. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p.113-175.

---

<sup>12</sup> Partes da revisão textual deste trabalho foram realizadas com auxílio do modelo de linguagem ChatGPT (OpenIA), sob supervisão e edição de integral responsabilidades dos autores.

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008; 2012.

AZEVEDO, João Luiz Ferreira de. **A expressão da finalidade no português**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. São Paulo: Cortez, 2016.

COSTA, Brenda da Silva S. da. Conectores de finalidade no português: da norma gramatical ao uso linguístico. **ReVEL**, v. 20, n. 39, 2022. [[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)].

CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso**. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua. São Paulo, LAEL/PUC, 1993.

DIAS, Nilza Barrozo. **As cláusulas de finalidade**. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). **Cognitive linguistics: basic readings**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 373-400.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.

HOPPER, Paul.; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Mathias Ingemar Martin. **An introduction to functional grammar**. 3. Ed., London: Hodder Arnold, 2004.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.

MAGALHÃES, Ana Maria Oliveira. **A preposição PARA e as subordinadas infinitivas completivas, relativas infinitivas e adverbiais finais – contrastes**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Porto: Faculdade

de Letras da Universidade do Porto, 2016.

MARCHON, Amanda Heiderich. **As teias da argumentação**: um estudo de interface sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial. 2017. 165 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2017.

MARCHON, Amanda Heiderich. Opiniões em confronto: o emprego das cláusulas de finalidade como estratégia argumentativa. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 28, p. 333-353, 2020.

MARCHON, Amanda Heiderich. Cláusulas finais e cláusulas consecutivas: um estudo dos aspectos discursivos na construção da argumentação. **CONFLUÊNCIA**, v. 60, p. 400-429, 2021.

MAURI, Mateus. **Aspectos sintático-discursivos das cláusulas hipotáticas circunstanciais em entrevistas do PortVix**. Relatório Final de Iniciação Científica. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

MENEZES, Vanda Maria Cardozo de. As construções PARA + INFINITIVO em contextos de encaixamento. In: II Congresso Nacional da ABRALIN, 2001, Fortaleza. **ABRALIN**: Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001. v. I. p. 549-551.

NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática do português revelada em textos**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. v. 01. 1396p.

OPENAI. ChatGPT: modelo de linguagem baseado em inteligência artificial. São Francisco: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PETRI, Angélica Benicio. **Construções conectoras de finalidade em redações nota mil do Enem**. Relatório Final de Iniciação Científica. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

PINHEIRO, Diogo. **Curso básico de Gramática de Construções**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contexto, 2025. ISBN 978-65-5541-604-6.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. *et al.* (coord.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do (org.). **Introdução à linguística funcional centrada no uso**: teoria, método e aplicação. Niterói: EdUFF, 2022. (Coleção Biblioteca Básica).

SOUZA, Melina Célia. **Frames de finalidade**: a projeção de eventos futuros no âmbito da realidade potencial. In: IX Seminário dos Alunos de Pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, 2018, Niterói. Anais do IX Sappil: Estudos de Linguagem, 2018.

THOMPSON, Sandra. A. **Grammar and written discourse**: initial vs. final purpose clause in English. Text - Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse, n. 5, p. 55-84, 1985.

TORRENT, Tiago Timponi. **A Rede de Construções em Para (SN) Infinitivo**: uma abordagem centrada no uso para as relações de herança e mudança construcionais. 2009. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Linguística.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. **Construcionalização e mudanças construcionais**. Trad. Taísa Peres de Oliveira e Maria Angélica Furtado da Cunha. Rio de Janeiro: Vozes, 2021 [2013].

YACOVENCO, Lilian Coutinho. *et al.* Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**, v. 56, p. 771-806, 2012.

*Recebido em outubro de 2025.  
Aprovado em novembro de 2025.  
Publicado em dezembro de 2025.*

## **SOBRE OS AUTORES**

**Amanda Heiderich Marchon** é Mestre e Doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ e professora da UFES, onde atua no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL). Realizou estágio pós-doutoral em Estudos da Linguagem (UFF/CAPEL, 2020-2021) e, atualmente, desenvolve nova pesquisa de pós-doutoramento no mesmo programa (FAPERJ, 2025). É líder do Grupo ELUs (UFES), coordenadora do GT “Descrição do Português” (ANPOLL), dentre outros coletivos. Seus principais interesses de pesquisa incluem conexão de cláusulas e conectivos, argumentação e multimodalidade, à luz do Funcionalismo Clássico, da Gramática de Construções Baseada no Uso e de Teorias da Enunciação.

**Mateus Mauri Venturini** é mestrando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). É graduado em Língua

Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. Integrante do Grupo ELUs – Estudos da Língua em Uso (UFES), desenvolve estudos sobre construções de finalidade na modalidade falada do português brasileiro, com base na abordagem construcionista da gramática. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e interesse em teorias funcionalistas e construcionistas da gramática.